

**PODER LEGISLATIVO**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONASGabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL****PROJETO DE LEI Nº 204, DE 20 DE MARÇO DE 2024.****AUTORIA: DEPUTADO CABO MACIEL.**

DECLARA de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ – APAA, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de Utilidade Pública, no âmbito do Estado do Amazonas, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ - APAA, entidade civil sem fins lucrativos com sede e foro na Comarca de Guajará/AM, situada na Rodovia 195, S/Nº, Centro, Guajará/AM, CEP nº 69.895-000, fundado em 31 de março de 2021, com CNPJ nº 42.570.595/0001-60, com atividades direcionadas a sociedade amazonense, promovendo e articulando ações de defesa de direitos, prestação de serviço assistencial, educacional, terapêuticos, orientações e apoio psicossocial às famílias, visando melhora na qualidade de vida da pessoa com Transtorno Espectro Autista – TEA, e de seus familiares.

Parágrafo único. Incumbe à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos, o exame da regularidade da documentação a que se refere à Lei nº 86, de 04 de dezembro de 1963, alterada pela Lei Promulgada nº 15, de 01 de agosto de 1966, por ocasião do respectivo registro.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em 20 de março de 2024.
ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel

Deputado Estadual – PL

Presidente da Comissão de Educação – COED/ALEAM

Vice-presidente da Comissão de Segurança – CSP/ALEAM



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL**

JUSTIFICATIVA

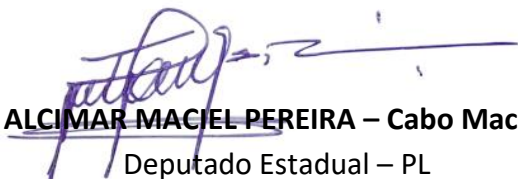
O projeto de lei em epigrafe tem por objetivo de declarar e reconhecer como **Entidade de Utilidade Pública**, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ - APAA, entidade civil sem fins lucrativos com sede e foro na Comarca de Guajará/AM, fundado em 31 de março de 2021, com CNPJ nº 42.570.595/0001-60, tem suas atividades laborais direcionadas ao atendimento da sociedade amazonense, promovendo e articulando ações de defesa de direitos, prestação de serviço assistencial, educacional, terapêuticos, orientações e apoio psicossocial às famílias, visando a melhoria e bem estar social, e uma qualidade de vida da pessoa com Transtorno Espectro Autista – TEA, e de seus familiares.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ – APAA, já vem laborando em prol das pessoas Autista no município de Guajará/AM, desde inicio do ano de 2021, que abraçou esta causa tão nobre com intuito de possibilitar a convivência social e comunitária, fortalecendo a relação entre a criança, adolescente e adulta com TEA, no seio de seus familiares.

A associação juntamente com os seus colaboradores profissionais e qualificados labora com o, propósito de ajudar o TEA a adquirir e independência nas atividades cotidianas, bem como na inserção no mercado de trabalho.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa Legiferante, pela aprovação do referido projeto de lei, como forma de reconhecer a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ – APAA, com o **“TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA”**, nos termos da lei vigente.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em 20 de março de 2024.


ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel
Deputado Estadual – PL

Presidente da Comissão de Educação – COED/ALEAM
Vice-presidente da Comissão de Segurança – CSP/ALEAM



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ANEXOS:





PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL**





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL**





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Gabinete do Deputado Estadual **ALCIMAR MACIEL PEREIRA – Cabo Maciel - PL**



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
NARA MARIA SANTOS DE MELO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
4320998 SSP AC

CPF
759.523.602-97

DATA NASCIMENTO
24/04/1984

FILIAÇÃO
LUIZ HUMBERTO GASPAR DE MELO
MARIA DE FATIMA SANTOS DE MELO

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
02652460332

VALIDADE
03/08/2023

1ª HABILITAÇÃO
13/11/2002

OBSERVAÇÕES

Nara Maria Santos de Melo

LOCAL
RIO BRANCO, AC

DATA EMISSÃO
10/08/2018

ASSINATURA DO EMISSOR
ACRE

ASSINATURA DO PORTADOR

03202602105
AC407996907

PROIBIDO PLASTIFICAR
1678039312

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1678039312



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME

MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA

1ª HABILITAÇÃO

15/05/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

08/11/1986 CRUZEIRO DO SUL - AC

4a DATA EMISSÃO

26/01/2023

4b VALIDADE

24/11/2032

ACC



D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

20232039 SSP AM

4d CPF

892.775.462-04

5 Nº REGISTRO

05778139708

9 CAT. HAB.

AB

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

ORLEILSON FERREIRA DE OLIVEIRA

MARIA LUCIA DE SOUZA ROCHA

Marcos Wilame Rocha de Oliveira

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		24/11/2032	
A1			
B		24/11/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

GUAJARA, AM

Rodrigo de Sá Barbosa
RODRIGO DE SÁ BARBOSA
 Diretor-Presidente
 DETRAN/AM

ASSINATURA DO EMISSOR

58078045643

AM038308207

AMAZONAS

SENATRAN CONTRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME

ORLEANE NASCIMENTO FARIAS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

11174030 SEJSP AC

CPF

002.691.102-75

DATA NASCIMENTO

06/07/1988

FILIAÇÃO

ANTONIO BARBOSA DE
FARIAS
MARIA RAIMUNDA DE
OLIVEIRA NASCIMENTO

PERMISSÃO



ACC



CAT. HAB.

A

Nº REGISTRO

07551122523

VALIDADE

01/09/2025

1ª HABILITAÇÃO

19/03/2021

OBSERVAÇÕES

A

Orleane Nascimento Farias

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

RIO BRANCO, AC

DATA EMISSÃO

28/03/2022

TAYNARA MARTINS BARBOSA

ASSINATURA DO EMISSOR

64933900156

AC410875880

ACRE

DETRAN

CONTRAN

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2316896827



PROIBIDO PLASTIFICAR
2316896827



**ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO
CARTÓRIO DA COMARCA DE GUAJARÁ – OFÍCIO ÚNICO
LIVRO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
MARIA JAQUELINE PAULA ROGÉRIO- Oficiala Interina**

LIVRO: B-02 PROTOCOLO: 2023000039 REGISTRO: 54 ORDEM: 265 FOLHAS: 107

Consta o registro do, **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ-APAA/GUAJARÁ**, com o teor seguinte:

Aos 16 dias do mês de junho de 2023, às 16:00 horas nesta cidade de Guajará, Estado do Amazonas, na sede da associação situada na Rodovia 195 S/N Centro, reuniram-se na qualidade de sócio os Srs (a): Marcos Wilame Rocha de Oliveira, RG:20232039, CPF:892.775.462-04, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado na Rua Floresta 1576, Centro; Nara Maria Santos Melo, RG:432098, CPF:759.523.602-97, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rodovia 195, S/Centro; Orleane Nascimento Farias, RG:11174030, CPF:002.691.102-75, brasileira, casada, professora, residente e domiciliado na Rua Floresta 1576, Centro; Maria Cásia Galvão da Silva, RG:2194106-8, CPF:965.392.592-04, brasileira, casada, secretária, residente e domiciliada na Rodovia 195, Km 1; Nazilene da Silva Rosas, RG:1807706-4, CPF 765.522.332-72, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Nova Prefeitura S/N; Maria Graciete Rodrigues Cabral, RG:1180698, CPF:888.888.602-82, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Nova Floresta S/N; Maria das Graças Saraiva Galvão, RG:1087238-8, CPF:591.054.10-15, brasileira, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua Mauricio Mapes S/N; Maria Marta Melo da Silva, RG:10293132, CPF:585.791.332-20, brasileira casada residente e domiciliada na Rua João Bonifácio: Tiago Clauffer Enes de Melo, RG: 2904022-1 CPF: 834.247.502-63, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na rua Raimundo Gomes, S/N Centro, Nova Guajará; Nerivone Santos da Silva, RG: 2153463-2 CPF: 942.552.372-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rodovia 195 KM 01; Antônio Orlando dos Santos Souza, RG: 10950834 CPF: 001.958.672.-89, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Nova Floresta; Ramile Ruiara Ferreira Rebouças, RG: 1086272-2 CPF:796.336.332-49, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua: Justino Bernardes; Rosíneres de Souza Silva, RG:1164657-8 CPF:018.931.362-56, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Nova Floresta; Maria das Graças Pinto de Matos, RG:1417537-1 CPF:875.375.832-34, residente e domiciliada na Avenida Presidente Vargas/N, Mutirão Nova Esperança; Railene Silva Nogueira, RG: 2927750-7 CPF: 031.066.702-07 residente e domiciliada na rua Presidente Juscelino, Centro; Elisania Pereira de Souza, RG:036.751.-A CPF:052.858.562-21, brasileira, casada, residente e domiciliada na Av.Edson Herculano. Conforme a lista de presença anexa e também são qualificados em relação anexa tendo por finalidade, única e exclusiva, eleger a nova diretoria da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará-APAA/GUAJARÁ, entidade sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário. Para presidir os trabalhos foi indicada, por aclamação, a Senhora Orleane Nascimento Farias, que escolheu a mim Maria Cásia Galvão da Silva, para secretariá-la. Com a palavra, a Senhora Presidente enfatizou a necessidade da nova eleição. Em ato contínuo a senhora Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, apresentando a assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a aclamação da maioria e presenciado por todos, ficou a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal compostos da seguinte forma; Presidente: Nara Maria Santos de Melo, portadora do RG: 432098 e CPF: 759.523.602-97, brasileira, residente e domiciliada na rua Raimundo Gomes, Nº 03, bairro Nova Guajará; Vice- Presidente: Marcos Wilame Rocha de Oliveira, RG:20232039, CPF:892.775.462-04, brasileiro, casado, motorista, residente e domiciliado na Rua Floresta 1576, Centro; 1ª Secretária: Nazilene da Silva Rosas, RG:1807706-4, CPF:765.522.332-72, brasileira, solteira, professora, residente e domiciliada na Rua Nova Prefeitura S/N; 2ª Secretária: Sorlangia da Silva, RG: 1184239-3 e CPF: 006.616.262-96, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Bairro Nova Guajará, 1ª Tesoureira: Orleane Nascimento Farias, RG:11174030, CPF:002.691.102-75, brasileira, casada, professora, residente e domiciliado na Rua Floresta 1576, Centro; 2ª Tesoureira: Mutirão Nova Esperança; Railene Silva Nogueira, RG: 2927750-7 CPF:031.066.702-07, residente e domiciliada na rua Presidente Juscelino, Centro; Diretor Administrativo, Maria das Graças Pinto de Matos, RG:1417537-1 CPF:875.375.832-34, residente e domiciliada na Avenida Presidente Vargas/N, Mutirão Nova Esperança; Diretor Pedagógico, Maria Cásia Galvão da Silva, RG:2194106-8, CPF:965.392.592-04, brasileira, casada, secretaria, residente e domiciliada na Rodovia 195, Km 1; Diretor de Assuntos Jurídicos, Tiago Clauffer Enes de Melo, RG: 2904022-1 CPF: 834.247.502-63, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na rua Raimundo Gomes, S/N Centro, Nova Guajará. E para o Conselho Fiscal: Presidente, Nerivone Santos da Silva, RG: 2153463-2 CPF: 942.552.372-04, brasileiro, casado, residente e domiciliado na rodovia 195 KM 01; 1º Conselheiro: Antônio Orlando dos Santos.

Souza, RG: 10950834 CPF: 001.958.672.-89, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Nova Floresta, 2º Conselheiro, Ramile Ruiara Ferreira Rebouças, RG: 1086272-2 CPF: 796.336.332-49, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua: Justino Bernardes, 3º Conselheira, Rosineres de Souza Silva, RG: 1164657-8 CPF: 018.931.362-56, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Nova Floresta 4º Conselheira, Elisania Pereira de Souza, RG: 036.751.-A CPF: 052.858.562-21, brasileira, casada, residente e domiciliada na Av. Edson Herculano. Para finalizar a Assembleia Geral de eleição da nova diretoria da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará-APAA-Guajará. A senhora Presidente agradece a todos os presentes e dar por encerrada a cerimônia. E, por fim, a Senhora Presidente dá posse aos eleitos para gestão 2023/2025 com início de mandato em 17/06/2023 e término em 18/06/2025, passando a palavra para quem quisesse se manifestar e na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Assembleia Geral, determinando a mim, que servi como secretária, que lavrasse a presente. A presente ata segue assinada por mim, pela Sra. Presidente e por todos os eleitos, como sinal de sua aprovação.. Era o que se continha no referido contrato, que registrei e transcrevi fielmente em livro próprio, conforme o original, inclusive com erro de grafia. Aos titulares dos dados descritos neste instrumento, estão cientes dos direitos e obrigações previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD, autorizando expressamente o tratamento, arquivamento e transmissões á órgãos de controle, de seus dados pessoais, dentro dos limites estabelecidos pela legislação. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Maria Jaqueline Paula Rogerio, Oficiala Interina do Registro de Títulos e Documentos, digitei, subscrevo e assino em Público. Tabelião R\$ 80,12, Taxa Jud. R\$ 12,02, ISS R\$ 4,01, Farpam R\$ 4,01, Computação R\$ 0,00, Selo R\$ 3,00, Fundpam R\$ 0,00, Fundpge R\$ 0,00, Total Pagos dos Emolumentos no Valor de R\$-103,16 (cento três reais e dezesseis centavos). Este documento só é válido com o Selo Eletrônico de Fiscalização. Este documento só é válido com o Selo Eletrônico de Fiscalização, com discriminação de valores.

Guajará/AM, 04 de agosto de 2023.

MARIA JAQUELINE PAULA ROGERIO
Oficiala Interina



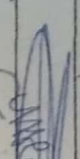
SELO ELETRÔNICO TJAMSELO
REGTIT004697Z7346N3LYZ014150, Valor
do ato: R\$ 103,16, Parte(s): ASSOCIAÇÃO
DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM
AUTISMO, data 04/08/2023. Consulte o
selo em
<https://cidadao.portalseloam.com.br/> ou
através do QR Code:

Maria Jaqueline Paula Rogerio
Oficiala Interina do
Registro de Títulos e Documentos
Guajará/AM

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ-APUA/GUAJARÁ
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL

16/06/2023

LISTA DE PRESEÇA

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
01	Maria M ^{rs} Santos de Melo	432098	
02	Maria Lúcia Galvão da Silva	2194106-3	Maria Lúcia Galvão da Silva
03	Neuza Aparecida da Silva	21534639	Neuza Aparecida da Silva
04	Mecilene da Silva Roray	4807706-4	Mecilene da Silva Roray
05	Maria dos Prazeres Pinto de Moraes	4417537-1	Maria dos Prazeres Pinto de Moraes
06	Maria dos Prazeres Saraiva Galvão	054076-4	Maria dos Prazeres Saraiva Galvão
07	Marina Pereira de Souza Rodrigues	036.751-A	Marina Pereira de Souza Rodrigues
08	Regina de Souza Silva	018-931-361-5	Regina de Souza Silva
09	Juliano Orlando dos Santos Souza	001-958-672-0	Juliano Orlando dos Santos Souza
10	Marcos Antônio Rocha de Oliveira	20232039	Marcos Antônio Rocha de Oliveira
11	Marta Maria da Silva	10293132	Marta Maria da Silva
12	Marta Maria da Silva	10293132	Marta Maria da Silva
13	Rafael Silva Pequeno	2927950-7	Rafael Silva Pequeno
14	Romile Racional Ferreira Ribeiro	108627-22	Romile Racional Ferreira Ribeiro
15	Thaís C. A. F. de Melo	2904022-1	Thaís C. A. F. de Melo
16	Thalane Nascimento Farias	44174030	Thalane Nascimento Farias



EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ. APAA-GUAJARÁ

A Associação de Pais e amigos de Pessoas com Autismo de Guajará, CONVOCA, através do presente edital, CONVOCA Os membros, para Assembleia Geral Ordinária, destinada à ELEIÇÃO E POSSE DE SUA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA, que será realizada na sede da associação, situada na CM nova prefeitura S/N, às 16 horas do dia 16 de Junho de 2023.

OBSERVAÇÕES:

1 – As CHAPAS concorrentes deverão ser inscritas até 48 horas antes do pleito, ou Seja, até o dia 14.06.2023 às 16h, e entregues no endereço da sede .

2 – Os candidatos inscritos deverão estar em conformidade com os parágrafos 1, 2 e 3 do Artigo 45 do estatuto da entidade em epígrafe.

Guajará – AM, 16 de Maio de 2023

Comissão Organizadora

Nara maria Santos de Melo
Orleane Nascimento Faias
Maria cassia Galvão da Silva





~~ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ~~



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO DE GUAJARÁ

21/03/2024

0007511848

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CÍVEL (EXCETO PROCESSOS DE FAMÍLIA)

CERTIDÃO Nº: 007511848**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 20/03/2024, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

NARA MARIA SANTOS DE MELO, casada, , nascida aos 24/04/1984, vinculada ao CPF: 759.523.602-97. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, quinta-feira, 21 de março de 2024.

PEDIDO Nº: 0007511848



22/08/2023

0007081210

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CÍVEL (EXCETO PROCESSOS DE FAMÍLIA)

CERTIDÃO Nº: 0007081210**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 21/08/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), solteiro, , filho de Orleilson Ferreira de Oliveira e Maria Lucia de Souza Rocha, natural de Manaus - AM, nascido aos 08/11/1986, vinculado ao RG: 20232039, CPF: 892.775.462-04. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, terça-feira, 22 de agosto de 2023.

PEDIDO Nº:**0007081210**

21/08/2023

0007079764

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CÍVEL (EXCETO PROCESSOS DE FAMÍLIA)

CERTIDÃO Nº: 0007079764**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 20/08/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

ORLEANE NASCIMENTO FARIAS, brasileira, solteira, , filha de Antonio Barbosa de Farias e Maria Raimunda de Oliveira Nascimento, natural de Guajara - AM, nascida aos 06/07/1988, vinculada ao RG: 11174030, CPF: 002.691.102-75. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 21 de agosto de 2023.

PEDIDO Nº:**0007079764**

25/03/2024

0007518603



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL - COM EXCEÇÃO DE
PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL REGISTRADOS NO SISTEMA
SEEU

CERTIDÃO Nº: 0007518603**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 24/03/2024, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

NARA MARIA SANTOS DE MELO, casada, , nascida aos 24/04/1984, vinculada ao CPF: 759.523.602-97. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 25 de março de 2024.

PEDIDO Nº:**0007518603**

25/03/2024

0007518611



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL - COM EXCEÇÃO DE
PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL REGISTRADOS NO SISTEMA
SEEU

CERTIDÃO Nº: 007518611**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 24/03/2024, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA, solteiro, , nascido aos 08/11/1986, vinculado ao CPF: 892.775.462-04. *****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 25 de março de 2024.

PEDIDO Nº:

0007518611

25/03/2024

0007518620



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
CRIMINAL E JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL - COM EXCEÇÃO DE
PROCESSOS DE EXECUÇÃO PENAL REGISTRADOS NO SISTEMA
SEEU

CERTIDÃO Nº: 007518620**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas anteriores a data de 24/03/2024, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

ORLEANE NASCIMENTO FARIAS, solteira, , nascida aos 06/07/1988, vinculada ao
CPF: 002.691.102-75.*****

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 25 de março de 2024.

PEDIDO Nº:**0007518620**



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais



Nº 048315392024

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA**, CI 20232039 SSP AM, CPF 892.775.462-04.

Esta certidão foi expedida em **25/03/2024** às **11:57** com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 048315392024.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal



Nº 048319232024

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **NARA MARIA SANTOS DE MELO**, CI 4320998 SSP AM, CPF 759.523.602-97.

Esta certidão foi expedida em **25/03/2024** às **12:01** com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 048319232024.



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal



Nº 048317272024

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **ORLEANE NASCIMENTO FARIAS**, CI 11174030 SEJSP AC, CPF 002.691.102-75.

Esta certidão foi expedida em **25/03/2024** às **11:59** com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 048317272024.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **NARA MARIA SANTOS DE MELO**

Inscrição: **0039 6706 2496**

Zona: 045 Seção: 0054

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 24/04/1984

Domicílio desde: 21/11/2003

Filiação: - MARIA DE FATIMA SANTOS DE MELO
- LUIZ HUMBERTO GASPAR DE MELO

Certidão emitida às 10:27 em 21/08/2023



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

JHWC.ZHBP.YHLT.KKLA



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA**

Inscrição: **0305 5572 2283**

Zona: 045

Seção: 0048

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 08/11/1986

Domicílio desde: 19/11/2003

Filiação: - MARIA LUCIA DE SOUZA ROCHA
- ORLEILSON FERREIRA DE OLIVEIRA

Certidão emitida às 10:24 em 21/08/2023



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

2YOG.MUFR.K+DD.9A4F



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **ORLEANE NASCIMENTO FARIAS**

Inscrição: **0333 9660 2240**

Zona: 045 Seção: 0016

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 06/07/1988

Domicílio desde: 01/05/2006

Filiação: - MARIA RAIMUNDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO
- ANTONIO BARBOSA DE FARIAS

Certidão emitida às 13:37 em 21/08/2023



Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

WR11.G1W8.BQBD.+63P



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **NARA MARIA SANTOS DE MELO**

Inscrição: **0039 6706 2496**

Zona: 045 Seção: 0054

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 24/04/1984

Domicílio desde: 21/11/2003

Filiação: - MARIA DE FATIMA SANTOS DE MELO
- LUIZ HUMBERTO GASPAR DE MELO

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): PROFESSORA/PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO

Certidão emitida às 11:48 em 21/03/2024

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

GKIC.EXHQ.UTD9.NZRD



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **MARCOS WILAME ROCHA DE OLIVEIRA**

Inscrição: **0305 5572 2283**

Zona: 045 Seção: 0048

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 08/11/1986

Domicílio desde: 19/11/2003

Filiação: - MARIA LUCIA DE SOUZA ROCHA
- ORLEILSON FERREIRA DE OLIVEIRA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): OUTROS

Certidão emitida às 11:50 em 21/03/2024

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

RYJ9.TNAN.O6SA.B8UQ



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITO com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ORLEANE NASCIMENTO FARIAS**

Inscrição: **0333 9660 2240**

Zona: 045 Seção: 0016

Município: 2020 - GUAJARA

UF: AM

Data de nascimento: 06/07/1988

Domicílio desde: 01/05/2006

Filiação: - MARIA RAIMUNDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO

- ANTONIO BARBOSA DE FARIAS

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): PROFESSORA/PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO

Certidão emitida às 13:36 em 21/08/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

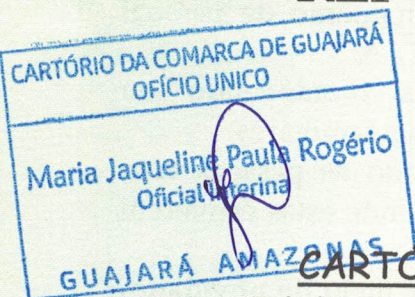


Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

/UAX.DMD2.3TQX.QINY

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO AMAZONAS
PODER JUDICIÁRIO

CARTÓRIO DA COMARCA DE GUAJARÁ - OFÍCIO ÚNICO

Tabelionato de Notas, Registro de Imóveis e Protesto de Letras, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, Registro Civil de Pessoas Naturais.

Rua Leopoldo Carlos, s/nº, Centro - CEP. 69.895.000 - Fone (68) 99979 8715 e 99923 3860.

C E R T I F I C A, a requerimento verbal de pessoa interessada, que dando busca nos livros e demais arquivos do Cartório de Títulos e Documentos a seu cargo, constatou o seguinte: **Número de ordem 38**, de 18 de junho de 2021, às fls. 72 e seguintes, do Livro 01-B, consta o registro do "ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO GUAJARÁ - APAA/GUAJARÁ", com o teor seguinte:

CAPÍTULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO**

Art. 1º A Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará - APAA/Guajará, entidade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada, fundada em 31 de Março de 2021, com sede na Rodovia 195, S/N, centro, Guajará/AM, CEP: 69.985-000, com foro na Comarca de Guajará - AM, tem personalidade jurídica e rege-se pelo presente estatuto e regimento interno.

PARÁGRAFO 1º: A Associação será regulamentada nesse estatuto, com área de abrangência o Município de Guajará - AM.

CAPÍTULO II **DA FINALIDADE**

Art. 2º A Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará - APAA/GUAJARÁ tem como objetivo, a defesa dos direitos, a proteção e a promoção de pessoas com TEA por meio da assistência à saúde, a educação e assistência social em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n. 8069 de 13/07/90, Lei Nº 12.764, de 27 De Dezembro De 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Nº 8.368, de 02 de Dezembro de 2014; Lei nº. 2.976, de 22 de Julho de 2015, que Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro autista e a Lei nº 13.146, 06 de Julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a consecução de seus objetivos, a APAA/GUAJARÁ poderá:

**CAPÍTULO III
DO QUADRO SOCIAL
SESSÃO I
DOS ASSOCIADOS**

Art. 7º Poderão associar-se à Associação as pessoas físicas e jurídicas domiciliados em Guajará e Região do Juruá, que neles residam ou desenvolvam atividades e que concordem com o presente estatuto, dedicando-se às atividades objeto da entidade.

§ 1º No ato de ingresso o interessado deverá apresentar documentação necessária para o cadastro e preencher e assinar a ficha de associado fornecida pela Diretoria da associação.

§ 2º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraídas pela Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Guajará-APAA-GUAJARÁ.

Art. 8º A associação mantém as seguintes categorias de Associados:

I - FUNDADORES - Todos aqueles que participaram da Assembleia Geral de Fundação da APAA-GUAJARÁ;

II - EFETIVOS - Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que contribuem financeiramente com a manutenção da associação, na forma do Estatuto Social e Regimento Interno da associação;

III - BENEMÉRITOS - Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, destacadas por relevantes serviços prestados à associação ou por terem contribuído significativamente para a constituição institucional e patrimonial da APAA-GUAJARÁ.

PARAGRAFO ÚNICO: Poderão associar-se à entidade tantos quantos membros do mesmo grupo familiar.

**SESSÃO II
DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO**

Art. 9º A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um associado efetivo, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovada pelo Presidente e confirmada pela Diretoria em reunião ordinária.


Art. 10. O desligamento do associado ocorrerá:

I - Por motivo de falecimento, de interdição sem existência de curatela ou tutela, de doença e por ausência, extinção e/ou falência, na forma da lei;

II - Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;

III - Compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta da Diretoria, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação, desordem, difamação, calúnia, injúria ou descrédito para a Associação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de sua exclusão.


Maria Jequeline Paula Rogério
Sub - Tabelã e Oficiala do
Cartório de Guajará
CNPJ: 09.423.431/0001-35

§ 3º Os associados que se julgarem prejudicados, poderão recorrer em primeira instância à Comissão Diretora e, em Segunda e última instância, à Assembleia Geral.

§ 4º Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

§ 5º Podem propor a exclusão de qualquer associado a Diretoria, o Conselho Fiscal ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.

Art. 14. A Associação não distribui entre os associados, conselheiros, diretores, doadores, colaboradores efetivos e eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferido mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente para consecução dos objetivos da entidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os associados, os membros do Conselho Fiscal bem como da Diretoria Executiva não serão remunerados.

SESSÃO IV DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 15. O associado contribui mensalmente fixada em valor mínimo de 2,5 por cento do salário mínimo vigente ou, a critério do associado, quando a importância for superior à pré-estabelecida pela Diretoria.

Art. 16. Os associados que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitarem por escrito, devidamente fundamentado e comprovado, dispensa da contribuição mensal ficarão isentos, a critério da Diretoria, até que sejam afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.


PARÁGRAFO ÚNICO. Os associados efetivos dispensados da contribuição financeira, conforme o disposto neste artigo, terão os mesmos direitos e deveres.

Art. 17. O associado efetivo que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de 06(seis) meses, sem se utilizar da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, o cadastro de associado cancelado, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III DOS COLABORADORES

Art. 18. A Associação manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos associados efetivos, queiram prestar assistência na consecução dos objetivos e finalidades da instituição.

§ 1º Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros ou materiais, de conformidade com os critérios fixados pela Diretoria.


Maria Jaqueline Paula Ruy
Sub-Tabelião e Oficiala do
Cartório de Guajará
CNPJ: 09.423.431/0001-35

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art. 23. São órgãos da administração da associação:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal.

SESSÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 24. A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da associação, tendo poderes dentro do limite da Lei e deste Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse desta, sendo que as deliberações tomadas por ela vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 25. A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente da associação após aprovação em reunião ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.

Art. 26. O quórum mínimo para a instalação da Assembleia Geral é de metade mais um dos associados em condições de votar na primeira convocação e, no mínimo, de 10 (dez) associados em condições de votar em segunda convocação, esta ocorrerá 30 (trinta) minutos depois da primeira convocação.

1º O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pela assinatura do livro de presença da Assembleia Geral.

2º Constatada a falta de quórum mínimo no horário estabelecido no edital de convocação o Presidente encerrará o livro de presença mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes no horário do encerramento e da convocação correspondente, transcrevendo os dados para a respectiva ata e instalará a assembleia geral.

Art. 27. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter:

- I - A denominação da associação, seguido da expressão convocação para assembleia geral, ordinária ou extraordinária, conforme o caso;
- II - A data e hora da reunião de cada convocação assim como o endereço do local de sua realização;
- III - A sequência ordinal das convocações;
- IV - O nome por extenso e a respectiva assinatura do responsável pela convocação;
- V - O número de associados com direito a voto da data da convocação, para efeito de cálculo de quórum de instalação da Assembleia Geral;
- VI - A pauta a ser deliberada na assembleia.

Art. 28. O edital será veiculado em um jornal impresso de circulação regional e publicado no site oficial da entidade e outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail, mensagem de texto, dentre outros meios).

§ 1º A Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência e a Assembleia Geral Extraordinária será convocada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

- III - Estabelecer os regulamentos e o Regimento Interno;
- IV - Decidir sobre medidas administrativas;
- V - Designar, entre seus membros, substitutos para cargos da Diretoria em caso de afastamento ou impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
- VI - Autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembleia Geral;
- VII - Providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da instituição;
- VIII - Propor reforma do Estatuto à Assembleia Geral;
- IX - Elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual;
- X - Reformar o Regimento Interno quando julgar conveniente, observada a maioria absoluta de votos;
- XI - Criar comissões, quando for necessário, para executar tarefas.

Art. 32. Compete ao Presidente:


- I - Representar a instituição em juízo ou fora dele;
- II - Coordenar todas as atividades da Associação de acordo com o presente Estatuto e demais normas;
- III - Presidir as reuniões da Diretoria Executiva e convocar as Assembleias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias previstas neste Estatuto, presidindo a todas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria;
- IV - Assinar com o Secretário a documentação, a exemplo ofícios, atas, correspondências da entidade;
- V - Assinar com o Diretor Financeiro os documentos que se refiram à movimentação financeira;
- VI - Elaborar relatórios anuais junto a secretaria da entidade para aprovação da Assembleia Geral;

Art. 33. Compete ao Vice-Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições;
- II - Convocar a Assembleia Geral, para preenchimento do cargo de Presidente, no caso de vacância, faltando mais de 06 (seis) meses para o término do mandato da Diretoria.

Art. 34. Compete ao 1º Secretário:

- I - Organizar e manter em ordem os serviços de secretaria da entidade;
- II - Assessorar o Presidente durante as reuniões;
- III - Redigir e encaminhar ao Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;
- IV - Redigir a ata das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- V - Cientificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Presidente;
- VI - Substituir o Vice-Presidente em seus eventuais impedimentos, cumulativamente com suas funções;
- VII - Assumir a presidência da Instituição, no impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente.


 Paqueta Rogério
 Sub - Tabela e Oficial do
 Cartório de Guaíba
 CNPJ: 09.423.431/0001-15

III - preparar e desenvolver material didático e pedagógico de divulgação, técnica e cultural da APAA/GUAJARÁ;

IV - encarregar-se de atividades de esporte, lazer e cultura;

V - organizar cursos, formações e palestras promovidos pela APAA/GUAJARÁ.

Art. 40. Compete ao Diretor de Assuntos Jurídico:

I - defender judicialmente e extrajudicial os interesses da associação e de seus sócios;

II - orientar a elaboração material de campanhas de conscientização sobre o TEA;

III - prover a análise de situações e emissões de pareceres jurídicos sobre fatos ou ações demandadas pela APAA/GUAJARÁ;

IV - aconselhar a Diretoria no tocante de suas demandas jurídicas, dando-lhes suporte quanto aos aspectos legais de suas ações;

V - orientar a APAA/GUAJARÁ quanto à celebração de contratos de qualquer natureza, visando a adoção de corretas práticas processuais do ponto de vista legal e administrativo às transações da entidade;

VI - proporcionar suporte ao desenvolvimento organizacional, mediante o estabelecimento de normas e métodos de trabalho;

SESSÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho Fiscal é composto de 05 (cinco) membros, sendo 01(um) presidente e 04(quatro) membros conselheiros associados, eleitos e considerados empossados pela Assembleia Geral.

§ 1º O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Art. 42. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;

II - Impugnar as contas quando necessário, encaminhando para a Assembleia Geral para deliberação;

III - Reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente;

IV - Fiscalizar a gestão econômico-financeira da entidade;

V - Elaboração de parecer das contas da entidade, as quais deverão ser aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 43. A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada no mês de março, sendo de 02 (dois) anos o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, na seguinte forma:

aria Jaqueline Paula Rogério
Sub-Tabelia e Oficiala
Cartório de Guajará
CNPJ: 09.423.431/0001-35

especialmente convocada para este fim e com o quórum mínimo de dois terços de seus cadastrados.

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de dissolução da associação o seu patrimônio será doado a qualquer entidade com finalidades afins a critério da assembleia geral que deliberou pela dissolução.

Art. 49. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, serão destinados à entidade de fins não econômicos congênere, preferencialmente localizada na mesma região, devendo ser deliberado pelos associados, ou à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Município, do Estado, do Distrito Federal ou da União.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50. Os membros da associação, individual ou coletivamente, não se responsabilizarão solidariamente ou subsidiariamente pelos encargos que seus representantes constituírem.

Art. 51. Os casos omissos neste estatuto serão decididos em diretoria, com recurso à Assembleia Geral. (aa) Nara Maria Santos de Melo-Presidente, Fernando Santiago Nepomuceno – Advogado OAB Nº 15588/AM. Era o que se continha no referido Estatuto, que registrei fielmente, conforme o original, ficando cópia Arquivada em Cartório. O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, Maria Jaqueline Paula Rogério. Sub-Oficiala do Registro de Títulos e Documentos, digitei, subscrevo e assino em público. Pagos os emolumentos no valor de R\$ 242,10 (duzentos e quarenta e dois reais e dez centavos). Este documento só é válido com selo de fiscalização.

Guajará-AM., 18 de junho de 2021.

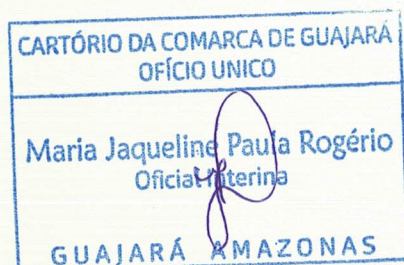
Em Test _____ da Verdade.

Maria Jaqueline Paula Rogério
MARIA JAQUELINE PAULA ROGÉRIO
Oficiala Interina

Maria Jaqueline Paula Rogério
Sub-Oficiala e Oficiala do
Cartório de Guajará
CNPJ: 09.423.431/0001-35



SELO ELETRÔNICO TJAMSELO
REGRES004697ZTGR2JBH3QGPTA74, Valor do
ato: R\$ 242,10, Parte(s): NARA MARIA SANTOS
DE MELO, data 18/06/2021. Consulte o selo em
<https://cidadao.portalseloam.com.br/> ou através
do QR Code



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA


<div>NUMERO DE INSCRIÇÃO 42.570.595/0001-60 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 18/06/2021</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO GUAJARA - APAA/GUAJARA</div>			
<div>TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM AUTISMO-APAA</div>		<div>PORTE DEMAIS</div>	
<div>CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS 87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente</div>			
<div>CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO ROD 195</div>	<div>NUMERO SN</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 69.895-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICIPIO GUAJARA</div>	<div>UF AM</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSOCIACAOAPAA@GMAIL.COM</div>		<div>TELEFONE (97) 9162-2851</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/06/2021</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	


Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/08/2023 às 16:07:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Documento 2024.10000.00000.9.012593
Data 26/03/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.012593

Origem

Unidade: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Enviado por: LEILA PLÁCIDO DE PAULA
Data: 26/03/2024

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
Aos cuidados de: ROSEMARY DE SOUZA LOPES

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHAMOS PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA.